

## 6 CONCLUSÃO: A ESPERANÇA EQUILIBRISTA

Mas sei que uma dor assim pungente  
não há de ser inutilmente a esperança.  
Dança na corda bamba de sombrinha  
Que em cada passo desta linha pode ser machucar.  
Azar! **A esperança equilibrista**  
Sabe que o show de todo artista tem que continuar.  
(**“O bêbado e o Equilibrista”**- João Bosco)

Inspirada com a possibilidade de concluir, invoco aqui o Natal do ano 2004. Nesta época eu estava absolutamente envolvida com o cotidiano do Talavera Bruce. No dia 23 de dezembro de 2004, num dia melancólico e chuvoso fui visitar a cadeia. Não pude entrar, já que, segundo o diretor, chuva e Natal podia ser uma combinação perigosa. O mesmo havia saído para uma “missão” no Complexo Penitenciário, em uma das prisões masculinas. “Missão”, naquele contexto, era uma tarefa disciplinar a ser cumprida numa outra prisão. Nunca soube detalhes sobre esta “missão”, todavia tive que esperar o diretor na anti-sala da direção.

Sentei-me no sofá da anti-sala do diretor. O sofá era forrado por um material plástico vermelho, já rasgado. A secretária do diretor era uma mulher de cabelos brancos, usava óculos sem uma das hastes e tinha poucos dentes na boca. A chuva caía forte lá fora enquanto eu olhava para um pinheiro artificial pousado numa mesa velha, repleto de algodões por cima e bolas natalinas coloridas e brilhantes. O calor não dava trégua, apesar da forte chuva de verão que inundava Bangu.

Silenciosamente uma fila de mulheres se aproximou da anti-sala. Uma fila indiana de mulheres que caminhavam em silêncio e que pararam em frente, na porta da saleta. Levados por agentes penitenciários, as mulheres presas iriam fazer ligações telefônicas para seus familiares em função do Natal.

Pude ouvir algumas ligações, já que a secretária do diretor fazia as ligações neste local, assim como controlava o tempo das mesmas. Eu estava sentada em frente ao telefone e via aquele cenário. Em uma das imagens vi uma mulher negra, bastante magra com um lenço dobrado na mão. Limpava a testa, regada de

suor, enquanto conversava com os filhos. Fiquei inibida com a conversa, já que a mulher falava com muita emoção com seus filhos. Olhava para os pés da mulher para não cruzar com seus olhos, já que o teor da conversa me inibia. A mulher pedia para seu filho pegar um ovo “fiado” no mercado da favela. Ensinava-lhe a fazer uma farofa com um só ovo para seus irmãos. Seria a “ceia” para o Natal de sua família, enquanto a mesma estava encarcerada. A mulher, exaltada ante a uma desobediência, ameaçava dar uma surra em seu filho caso este ficasse na rua naquela chuva torrencial. O esforço da mulher em manter uma suposta ordem, mesmo frente ao seu encarceramento, era tamanho. Mandava dizer aos outros filhos que ela estava presa e não morta. Dizia repetidamente: “Vocês tem mãe!”

Aquela fala repetida me emocionava e constrangida permanecia olhando para os pés da mulher. Eram pés sofridos, cheio de calos, calçados por uma sandália de borracha já gasta. Era uma sandália de “verde sumido”. E eu ainda ouvia a conversa da mulher. Ouvi durante todo este trabalho e permanecerei ouvindo indefinidamente. Como uma canção composta por imagens, por pés, por ovos, por mães, por filhos... Ouvir imagens... Enxergar palavras... Concluir começando...

Concluir, verbo difícil de conjugar. Não me vejo concluindo este estudo, mas somente abrindo outras tantas discussões. Outras tantas possibilidades de abordar o tema mulher e reclusão. Possibilidades que guardam em si outros caminhos a serem trilhados em outros estudos por mim ou por outros estudiosos. Pretendo concluir abrindo um leque de debates, um inúmero infinito de caminhos a serem percorridos a partir das informações aqui contidas. Gostaria, todavia, de colocar em relevo alguns temas.

Este estudo pretendeu responder a seguinte pergunta: mulher presa constrói projetos futuros? Se o faz, em que se ancoram tais projetos?

Este objeto de estudo se deu em função dos exames criminológicos elaborados por psicólogos. Exames criminológicos que compõe os processos penais de homens e mulheres condenados em regime de reclusão fechado. Nestes exames há um item que descreve os projetos futuros das presas. Sendo o tema dos projetos futuros um dos itens importantes para a obtenção ou não do livramento condicional. Diante deste tema fui ao campo de pesquisa. Adentrei o espaço carcerário tendo como hipótese ser o trabalho e suas implicações o principal tema na construção de projetos futuros. Após inúmeras entrevistas, não ouvi aquilo que

eu esperava ouvir: o trabalho. Por não ouvir temas relativos ao trabalho, acreditei por um tempo que as mulheres não construíam projetos futuros. Entretanto, uma escuta mais cuidadosa me fez ouvir um coral polifônico sempre constante e presente na fala das mulheres presas: a maternidade. O tema da mulher reclusa refazia um cenário já conhecido por todos nós: a imagem da mulher-mãe.

Historicamente a mulher obteve visibilidade e lugar social a partir do valor dado a maternidade e aos cuidados com o infante. As mulheres presas reiteram esta construção histórica: é a partir da maternidade que conseguem construir um discurso possível que caiba numa suposta adequação social.

Esta suposta adequação social está imersa numa política de exclusão da pobreza, exclusão esta que compõe o Estado Penal. Nesta política não há o compromisso com a transformação social, ao contrário, pretende somente administrar as conseqüências de séculos de exclusão e assujeitamento de uma certa camada social. Esta administração não se compromete com questões públicas que envolvam a educação, a saúde moradia, dentre outros. Administrar teria como sinônimo vigiar e “higienizar”. Vigiar os pobres e “limpar” a cidade de sua presença, vista sempre como sórdida e suja. Assim sendo, na perspectiva do Estado Penal, o único “latifúndio urbano” possível para o pobre é uma cela fétida de cadeia. Todavia, antes ou depois da reclusão há uma rede eficaz de manutenção da exclusão e da criminalidade, ou seja, há um empenho (silencioso ou não) de fracassar com a reinserção da presa.

Este empenho se dá nas infinitas punições cotidianamente visíveis no espaço cívico, dentre elas o racismo e a negação das culturas populares. A negação da maternidade e o abandono dos filhos e filhas de mulheres reclusas inviabilizam uma reconstrução da vida pós-cárcere. Já que diante do emaranhado de exclusões, o sujeito negro, pobre e ex-presidiário só encontra lugar social na rede significacional da família.

Era só mais um “Silva” que a estrela não brilha  
 Ele era funqueiro mas era pai de família.  
 (“Funk” tocado nos bairros de periferia da cidade do Rio de Janeiro)

Assim, como mostra a música de funk – expressão da cultura das favelas e comunidades pobres do Rio de Janeiro – ser pai de família coloca o homem pobre num outro patamar de existência social. Ser chefe de família e ter carteira assinada é signo de prestígio e honestidade nas camadas pobres da população. A

mulher, entretanto não se ancora no trabalho, ainda que haja um número significativo de mulheres que trabalhem para manter suas famílias. Mas é a maternidade que confere a mulher pobre, mais especificamente, as presas entrevistadas, um lugar de existência possível fora dos muros da cadeia. Problematizar esta maternidade reclusa é o ponto de partida para a conclusão deste estudo.

Próximo do final deste estudo busquei alguns dados acerca do paradeiro dos filhos de presas. Encontrei alguns dentro dos abrigos do Estado, dentre estes tive a oportunidade de encontrar um menino de 12 anos. Este menino será nomeado de Matheus. Matheus está no abrigo para menores desde que sua mãe fora presa, há 3 anos. Ele tem um irmão de 2 anos, concebido numa das visitas íntimas de sua mãe, no sistema carcerário. Soube deste irmão de Matheus através da mãe reclusa, uma vez que esta está especialmente preocupada com o menino de 2 anos. Este foi enviado para um abrigo e, segundo a mãe, não há notícias sobre o mesmo. A mãe sempre me pede para que os dois irmãos fiquem juntos num mesmo abrigo, pois segundo a mulher presa, Matheus saberá cuidar do irmão que nem teve a oportunidade de conhecer. Todavia não consegui descobrir o paradeiro do menino de 2 anos, nem tampouco enviar um pedido formal para a aproximação efetiva dos dois irmãos. Entretanto fui, a pedido da mãe, visitar Matheus.

Matheus é um menino negro, com um metro e meio de altura, aproximadamente. Quando fui visitá-lo não me identifiquei enquanto “amiga” da sua mãe, já que, segundo as psicólogas do abrigo, Matheus sofre muito quando o tema é sua mãe. Nunca foi levado para fazer visitas a mãe. Está há três anos no abrigo, não recebe visitas de ninguém e não há possibilidades de visita à mãe. Uma vez que não há um responsável legal que o leve para visitas no sistema carcerário. Entregue a própria sorte, é mais um menino abandonado dentre os muitos do abrigo onde está. Entretanto, não está apto a adoção, já que possui mãe e a mesma não lhe entregou a adoção.

Entrei no abrigo e meu interesse por Matheus foi explícito. Este, sem entender a situação, me disse assertivamente: “Eu não posso ser adotado não, eu tenho mãe!”. A assertividade de sua voz se contrastava com a mão trêmula a segurar um copo de plástico. O medo de ser adotado ficava claro na truculência e no medo que Matheus sentia de mim. Me aproximei dele cuidadosamente e tentei travar uma conversa com aquele menino que tentava me amedrontar, dizendo que

iria me encher de “porrada” e que eu não era a mãe dele. A fragilidade do pequeno menino o fez urinar na bermuda velha e rasgada. Era a única que ele tinha. Naquela noite e durante outras tantas Matheus iria dormir no chão com aquela bermuda urinada. Afinal, não só sua mãe havia sido condenada, mas ele também. Condenado pelo ventre, o pequeno Matheus se afastou de mim, temendo que eu o afastasse definitivamente de sua mãe.

Há inúmeros Matheus, nos abrigos do Estado. Há outros tantos em outras situações. Situações estas que não figuram nas preocupações das políticas públicas. Não há uma só citação acerca dos filhos das mulheres presas. Onde estão? Como estão?

É com esta pergunta que empenho esta conclusão. Conclusão que é ponto de partida para outros estudos no qual o tema central sejam os filhos das mulheres presas.

Revisitei o campo movida pelas manhãs: produtoras, por excelência, de projetos futuros. E movida pelos primeiros raios do dia pretendia concluir este estudo, mas a realidade no qual os projetos futuros das presas estão imersos é muito sombrio. Tão sombrio que correm o risco de nos paralisar. Inertes não resistiremos. É na resistência que reinventamos outras possibilidades de luta. E na luta, vista por mim como uma estratégia plástica e dançante (tal qual as rodas de capoeira) podemos dar visibilidade a temas importantes, capazes de nos afetar e serem afetados por nós. Neste jogo de afetos, produzimos outras práticas. Em especial, outras práticas em psicologia. E o que seria da psicologia se não pudesse participar de rodas de capoeira e da plasticidade de suas lutas?

Convocar uma prática plástica e dançante em psicologia se faz necessário. Plástica porque não se ancora em formatações rígidas, submetidas por este ou aquele enquadre teórico. E dançante porque reinventa, no contato com o outro, infinitudes de arranjos móveis.

Os projetos futuros das mulheres presas estão ancorados em seus filhos, ou seja, na função que foi historicamente concedido a elas: a maternidade. Esta se torna uma tática na construção dos projetos futuros. E no que concerne a proteção integral à criança, estes filhos deveriam ter garantidos seu bem-estar. Nesta garantia reside nosso compromisso enquanto psicólogos. Compromisso este pautado numa prática psicológica cujo objetivo maior é a exaltação do contexto dinâmico das produções sociais. Enquanto dinâmico, capaz de transformações e

mudanças. Ainda que ínfimas e aparentemente insignificantes. Intervenções são necessárias e dentre elas a criação de políticas públicas que amparem os filhos e filhas de mulheres presas. Caso contrário, ficaremos entorpecidos por nossas práticas covardes e tão umbilicais. Covardes, acreditaremos que o conceito de infância só nos afeta quando apresentados em nossos grossos e caros compêndios de psicologia do desenvolvimento infantil.

A experiência de encarceramento sugere algumas práticas que são, cotidianamente, inventadas pelas presas. Dentre elas destaquei três categorias.

O culto ao corpo foi um tema bastante presente, não só nas 154 entrevistas mas também nos “fazer” estabelecidos no cárcere. As prisões femininas possuem salões de beleza e outras tantas práticas de culto ao belo. Este se faz, ao meu ver, como linha de fuga a maciça institucionalização que a prisão tenta imprimir no corpo das presas. Manter um corpo o mais parecido possível com o que tinham quando estavam soltas é o principal objetivo das mulheres presas. Segundo as presas, manter-se bela é manter-se viva. E mais, cultivar um corpo belo é aproximar-se de um padrão socialmente aceito. Um exemplo disso são os concursos de beleza que são organizados nos presídios femininos. Tal evento é considerado, pelas presas, uma conquista no que diz respeito a visão que a sociedade tem da cadeia feminina. Já que através destes concursos, segundo as presas, as pessoas “de fora” percebem que elas não são “bichos” e sim gente. E mais que gente, são mulheres como qualquer outra. Mulheres, produzidas com todas as insígnias que marcam socialmente o feminino na contemporaneidade.

O culto ao corpo, ao meu ver, se une a questão da raça já que ambos buscam a aprovação aos olhos dos outros e constroem vínculos sociais. Numa pesquisa interna no Presídio Feminino Talavera Bruce, a grande maioria das presas disse ser “branca”. Se a questão racial trás sua marca desde a escravidão, a beleza, todavia se inscreve de maneira singular na contemporaneidade. Beleza e culto ao corpo são balizares de um *locus privilegiado da construção identitária feminina* (NOVAES, 2004, p. 10). Manter este *locus* assegurado é o objetivo das mulheres ao cultuarem seus corpos.

A família é outra característica pregnante no contexto carcerário. As relações construídas pautam-se na tentativa de construção de um círculo aconchegante pressupondo uma ligação especial e um acordo tácito de sentimentos compartilhados. As mulheres procuram construir laços que são

nomeados por signos familiares: “mãe da cadeia”, “filha de cadeia”, “irmãzinha da cadeia”. As relações quando não amistosas constituem-se em desafetos explícitos. Entretanto, ao relatar a experiência no cárcere a imagem dos amigos dá sempre lugar ao esquecimento dos inimigos. Nas 154 entrevistas há explícita a importância de alguns amigos construídos dentro da prisão. Amigos estes que é atribuído um sentimento familiar, tendo em vista que a família é uma instituição de suma importância para as presas. Assim sendo, as suas próprias famílias, em especial os filhos, constituem um eixo de sustentação enquanto estão encarceradas. Os temas que envolvem morte ou abandono de filhos são sempre temas delicados dentro da cadeia. Pude observar que a dor mais respeitada entre as presas é a dor da morte de um filho. Assim sendo, é recorrente apoiar-se nos filhos como estratégia de sobrevivência e, em consequência disso, é a partir deles que as presas constroem projetos futuros. A maternidade é o único lugar lícito no qual podem se ancorar.

A religião surge como uma categoria transbordante dentro da cadeia. A presença das igrejas evangélicas é tanta que a prisão feminina se divide entre as evangélicas e as não-evangélicas. As evangélicas são aquelas que são ou não convertidas efetivamente. O que as caracteriza, todavia, é o bom comportamento e a ausência de problemas disciplinares.

Num mundo dicotômico que separa os vencedores dos vencidos, acreditar numa outra possibilidade de vida pode vir a ser uma utopia necessária. Nesta utopia, *felizes são os pobres porque é deles o reino dos céus*. A experiência de Deus na cadeia, se não apazigua a “alma” torna-se uma tática de sobrevivência ao cotidiano e as relações intra-muros.

Prestes a concluir procuro as manhãs. Não as encontro. Não há manhãs na absoluta desatenção que o Estado e a população oferece aos filhos das mulheres presas. Não há manhãs em abrigos para crianças. Não há manhãs na dor de dente. Não há manhãs na fome. Não há manhãs num barraco de papelão. Não há manhãs na dor e no abandono.

Mas para não deixar o leitor tomado por esta noite sombria, convoco em sua memória uma tarde que caia como um viaduto e junto a este, um bêbado trajando luto que nos fazia lembrar Carlitos. Bêbados e equilibristas é o que somos! É o que sou! Embriagada por este estudo sigo na linha tênue que me conduz a outros estudos, outras militâncias. Militante da vida, me equilibro numa esperança de

que temas como este possa contribuir para dar visibilidade, ainda que ínfima, a estas mulheres e seus filhos.

Minha embriaguez metamorfoseada de militância sai da academia e transita a rua, percorre a vida. É da vida que falo e para vida que vou: movida por uma esperança que se equilibra entre movimentos sociais e outros tantos dispositivos de transformação social. Afinal, “... a esperança equilibrista sabe que o show de todo artista tem que continuar.”